Sumário

Introdução 17

Capítulo I – A crise estrutural do Estado contemporâneo e a falência da neotributação ... 23
1.1. O Estado do Bem-Estar Social e sua evolução 24
1.2. A emergência dos novos riscos e a crise fiscal do Estado do Bem-Estar Social 32
1.3. A crise ideológica do Estado do Bem-Estar Social 37
1.4. O ideário neoliberal de Estado 42
1.5. Os efeitos sociais da globalização construída a partir do ideário neoliberal 48
1.6. Os limites da prudência financeira do Estado: combatendo o déficit público para evitar a inflação a qualquer custo 57
1.7. Os caminhos alternativos ao modelo de globalização excludente 60
1.8. A neotributação construída a partir do paradigma liberal contemporâneo 64
1.9. As perspectivas de um novo modelo de Estado 71

Capítulo II – A dupla face da cidadania fiscal: o dever fundamental de pagar tributos e os direitos fundamentais 79
Parte I – O dever fundamental de pagar tributos 79
2.1. O esquecimento dos deveres e a hipertrofia dos direitos 80
2.2. Conceito e eficácia jurídica dos deveres fundamentais 85
2.3. A moldura do dever fundamental de pagar tributos 89
2.4. O princípio da solidariedade social como alicerce do dever fundamental de pagar tributos . 94
2.5. A cidadania fiscal no Estado Democrático de Direito 100
2.6. O combate à evasão fiscal como condição de exigibilidade dos deveres de cidadania .. 104
Parte II – A densificação do princípio da dignidade da pessoa humana, mediante a concretização dos direitos fundamentais 109
2.1. O Estado Democrático de Direito e a redução das desigualdades sociais e econômicas, através da tributação 109
2.2. A definição e o alcance do princípio da dignidade da pessoa humana 119
2.2.1. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Constituição brasileira de 1988 . 122
2.2.2. A Questão da Unidade de Sentido dos Direitos Fundamentais 127
2.3. Os direitos fundamentais e suas dimensões 130
2.4. Os direitos fundamentais de primeira dimensão como limitadores da ação Estatal no campo da tributação 137
2.5. Os direitos fundamentais de ordem social, econômica, cultural e de solidariedade e a tributação como instrumento de concretização 139

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo III – Um modelo tributário norteado pelo princípio da dignidade da pessoa humana: o direito/dever de contribuir conforme a capacidade contributiva e a extrafiscalidade na realização dos direitos fundamentais 149
Parte I – O Princípio da Capacidade Contributiva no Estado Democrático de Direito Brasileiro 149
3.1. O Princípio da Capacidade Contributiva: uma interpretação hermeneuticamente adequada do disposto no § 1° do art. 145 da Constituição brasileira 150
3.1.1. A Diferença Ontológica: O Ente Texto e o Ser Norma 150
3.1.2. Hermenêutica: compreensão, interpretação e aplicação no campo jurídico 154
3.1.3. A distinção entre Princípios e Regras 160
3.1.4. A prevalência da função normogenética dos princípios em relação às regras 164
3.1.4.1. A hermeneuticamente inadequada separação entre casos simples e casos difíceis 166
3.1.4.2. Da inexistência de conflito entre regra e princípio 168
3.1.5. A (re)construção de um sentido adequado ao disposto no § 1° do art. 145 da Constituição do Brasil 169
3.1.5.1. Um retomar hermenêutico para compreender o princípio da capacidade contributiva 171
3.1.5.2. A condição de regra do disposto no § 1° do art. 145 da Constituição brasileira e os princípios que a fundamentam 174
3.2. O conteúdo e o alcance do princípio da capacidade contributiva num Estado Democrático de Direito 176
3.2.1. Os contornos conceituais: o princípio da capacidade contributiva como decorrência lógica dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito 176
3.2.2. A intributabilidade do mínimo existencial 181
3.2.3. A progressividade como meio de concretização do princípio da capacidade contributiva 186
3.2.3.1. A progressividade do imposto incidente sobre a renda e a preservação do mínimo existencial 190
3.2.3.2. A progressividade dos impostos incidentes sobre o patrimônio 194
3.2.3.2.1. A progressividade do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e do Imposto sobre a Transmissão "inter vivos" de Bens Imóveis – ITBI 197
3.2.3.2.2. A progressividade e seletividade do IPTU instituída pela Emenda Constitucional nº 29/2000 200
3.2.4. Capacidade contributiva e tributos vinculados 205
3.2.4.1. Aplicabilidade em relação às taxas e contribuições de melhoria 206
3.2.4.2. Aplicabilidade em relação às contribuições especiais e aos empréstimos compulsórios 209
3.2.5. Capacidade contributiva e tributos indiretos: a preservação do mínimo existencial . 212
3.2.5.1. A seletividade como instrumento de adequação dos tributos indiretos à capacidade contributiva 212
3.2.5.2. A preservação do mínimo existencial da tributação indireta 215
Parte II – A extrafiscalidade como instrumento de concretização dos direitos fundamentais de ordem social, econômica, cultural e de solidariedade 217
3.1. Os contornos conceituais da extrafiscalidade 219
3.2. Extrafiscalidade e benefícios fiscais 221
3.3. A legitimidade constitucional da extrafiscalidade 224

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.4. A realização de direitos fundamentais mediante a tributação e a prevalência do interesse humano 227
3.4.1. A tributação como meio de cumprimento da função social da propriedade 234
3.4.1.1. A progressividade com conotação extrafiscal do IPTU 237
3.4.1.2. A progressividade do IPTU no Estatuto da Cidade 238
3.4.1.3. A progressividade com conotação extrafiscal do Imposto Territorial Rural . 240
3.4.2. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a tributação 242
3.4.2.1. O princípio do poluidor-pagador 245
3.4.2.2. Os instrumentos extrafiscais de preservação e proteção ambiental 249

Conclusão 255

Referências bibliográficas 271

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br